



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

“POR UMA GOVERNAÇÃO LOCAL COORDENADA AO SERVIÇO DO CIDADÃO”

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE COORDENAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA PROVINCIAL E SECTORES DE NÍVEL CENTRAL.

CIDADE DE MAPUTO, AOS 25 DE AGOSTO DE 2021

Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhora Presidente do INGD;

Senhoras Secretárias e Senhores Secretários de Estado nas Províncias;

Senhoras Governadoras e Senhores Governadores de Províncias;

Senhores Presidentes dos Conselhos Municipais;

Caros Parceiros de Cooperação;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Ao iniciarmos a nossa intervenção, queremos saudar a todos os participantes desta primeira Reunião do Conselho Nacional de Coordenação, um mecanismo criado para promover a articulação e coordenação entre os órgãos executivos de governação descentralizada provincial e sectores de nível central.

Durante este Encontro, iremos reflectir e debater sobre a nossa coordenação vertical e horizontal, um importante requisito para o sucesso na formulação e implementação das políticas e normas no actual contexto de governação descentralizada.

Com isso, pretendemos privilegiar a busca das melhores formas de aperfeiçoar o nosso entendimento do papel dos vários órgãos e melhorar o nosso desempenho na governação.

Esta Sessão inaugural insere-se na nossa missão colectiva de Desenvolver Moçambique, investindo numa administração pública eficiente, eficaz, transparente e dinâmica, num ambiente de concórdia e harmonia ao serviço de todos os moçambicanos.

Esta missão está em consonância com a Constituição da República de Moçambique revista em 2018, que consagrou a Descentralização com o objectivo de:

- (i) organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade;
- (ii) promover o desenvolvimento local; e
- (iii) aprofundar e consolidar a democracia, no quadro da unicidade do Estado Moçambicano.

Na sequência desta revisão, hoje estamos cada vez mais longe de um Estado gerido essencialmente de forma vertical, hierárquica e centralizada.

Estamos cada vez mais próximos do cidadão porque temos cada vez mais um conjunto de poderes, responsabilidades e recursos que foram transferidos do nível central para os níveis das províncias e das autarquias.

Em simultâneo, no âmbito da mesma revisão constitucional, estabelecemos a Representação do Estado para o exercício de funções exclusivas de soberania, tendo sido instituída para o efeito a figura do Secretário de Estado na Província.

Esta figura representa o Governo Central, com poderes delegados, que superintende e supervisiona os Serviços Provinciais de Representação do Estado àquele nível.

A convivência destes órgãos ao nível local, com responsabilidades diferentes, mas caminhando para atingir um propósito comum que é a satisfação das necessidades das populações, pressupõe a existência de mecanismos e formas de articulação entre os mesmos e entre estes e os sectores de nível central.

Senhoras Secretárias e Senhores Secretários de Estado,

Senhoras Governadoras e Senhores Governadores,

Senhores Presidentes das Autarquias,

Caros Participantes!

A configuração final da descentralização depende, em grande medida, da implementação de um conjunto de aspectos políticos, administrativos e recursos financeiros, humanos e patrimoniais. Por isso, não é um processo linear e o seu resultado final não é automático. A descentralização não é, de maneira nenhuma, o remédio para todos os males da administração pública.

A descentralização tem também os seus desafios e exige alto nível de coordenação. Uma descentralização deficientemente conduzida pode fazer com que o poder caia num pequeno grupo de pessoas que não representam necessariamente os interesses da maioria na autarquia ou na província. A descentralização mal conduzida pode dificultar a implementação de programas de desenvolvimento e, desta forma, acentuar as assimetrias regionais. Ainda podem surgir distorções por causa da fraca clareza na atribuição das responsabilidades entre os vários níveis ou instituições.

No processo de implementação das reformas administrativas não nos devemos assustar, quando encontramos indefinições ou sobreposições porque os benefícios da descentralização ultrapassam os seus desafios e a nossa preocupação deve ser sempre na busca de soluções a estes desafios.

Da experiência dos outros, aprendemos que não existe um modelo único e óptimo de descentralização. Cada país procura a melhor forma possível porque, no terreno, as realidades se diferem. Dos outros, aprendemos também que a descentralização é um meio para atingirmos objectivos por nós definidos. Ela em si, não é um fim. Aprendemos que a sobreposição de responsabilidades entre diferentes níveis nem sempre é evitável, para tal, temos de saber como geri-la.

Pelo que, se recomenda um alto grau de cooperação, articulação, coordenação e flexibilização na actuação.

Para uma melhor implementação da descentralização, um dos requisitos é conhecer e dominar as nossas obrigações, mas também possuir o conhecimento detalhado dos problemas que queremos resolver.

Quem está a dirigir um Ministério não deve ter medo de mandar menos porque o objectivo não é mandar mais, mas sim resolver os problemas da população de forma mais racional e eficiente possível.

Sabemos que para chegarmos ao resultado desejado ou equilibrado, poderá levar algum tempo porque é um processo, razão pela qual foram instituídos os Conselhos Nacional e Provincial de Coordenação, para garantir a coordenação e complementaridade na prossecução das atribuições de cada um dos órgãos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me que vos recorde a missão do Conselho Nacional de Coordenação, que reúne uma vez por ano. Com o Conselho Nacional de Coordenação, pretendemos:

- (i) Garantir e consolidar a unicidade do Estado;
- (ii) Promover o desenvolvimento integrado e harmonioso do país;
- (iii) Proporcionar a articulação e a coordenação permanente entre as diferentes entidades públicas;
- (iv) Facilitar a articulação nos processos de mobilização, racionalização e afectação de recursos públicos;
- (v) Harmonizar a informação sobre as prioridades de desenvolvimento nacional e local;
- (vi) Partilhar informações no processo de desenvolvimento nacional e local; e
- (vii) Coordenar os programas, planos, projectos e actividades de desenvolvimento nacional, provincial e autárquico.

Portanto, o Conselho Nacional de Coordenação é uma plataforma e oportunidade que temos para introduzirmos, de forma permanente, aperfeiçoamentos na reforma de serviços públicos e aprofundar a nossa coordenação para o sucesso do processo de descentralização na sua actual fase.

Estimados Membros do Conselho Nacional de Coordenação!

Em Janeiro de 2020, o país viveu momentos emocionantes com a tomada de posse das Governadoras e Governadores de Província e das Secretárias e Secretários de Estado nas Províncias. Em Março do mesmo ano, realizámos acções de capacitação, em jeito de indução às funções que juraram desempenhar com zelo e dedicação.

Estas acções marcaram o virar de uma página importante na nossa história de administração pública.

Em Outubro, realizámos a 11ª Reunião Nacional das Autarquias Locais com objectivo de capacitar os titulares dos órgãos com responsabilidades executivas, face ao novo paradigma de descentralização, particularmente, os Presidentes dos Conselhos Municipais, com um condão especial, focalizado na boa gestão da coisa pública.

Decorrido um ano e meio da implantação e funcionamento dos novos órgãos na Província, podemos afirmar que a máquina institucional está constituída.

Importa destacar as seguintes actividades:

- (i) A constituição do Conselho Executivo Provincial, composto pelo Governador de Província, Director do Gabinete do Governador e Directores Provinciais;
- (ii) A constituição do Conselho dos Serviços Provinciais de Representação do Estado, que integra o Secretário de Estado na Província, o Director do Gabinete do Secretário de Estado e Directores dos Serviços Provinciais;
- (iii) A aprovação de instrumentos básicos de trabalho, como os estatutos orgânicos, quadros de pessoal, qualificadores profissionais e regulamentos internos dos órgãos;
- (iv) A realização da partilha de recursos humanos, financeiros e patrimoniais entre os órgãos de representação do Estado na província e os órgãos executivos de governação descentralizada provincial;
- (v) A atribuição de orçamento de funcionamento aos órgãos de representação do Estado na província e de funcionamento e investimentos aos órgãos de governação descentralizada provincial.

No processo da sua edificação, temos estado a trabalhar no sentido de remover os obstáculos ao longo do caminho, corrigindo alguns aspectos. Entre eles, mencionamos os seguintes:

- i. A necessidade de clarificar os limites de actuação de cada órgão, no concernente às suas competências;
- ii. A necessidade de aprimorar a regulamentação das questões financeiras, sobretudo no que diz respeito à fórmula de transferência orçamental e ao quadro fiscal dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial;
- iii. O reforço de infra-estruturas, meios e recursos adequados para o normal funcionamento dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e de Representação do Estado na Província;
- iv. A necessidade de actualizar a legislação sectorial, ainda em vigor e não ajustada ao novo quadro constitucional.

Igualmente, estão em curso actos e instrumentos de destaque, entre eles:

- (i) A análise funcional sobre a organização e funcionamento dos Órgãos de Governação Descentralizada e de Representação do Estado na Província e na Cidade de Maputo;
- (ii) A elaboração da proposta de Lei de Divisão de Competências entre os Órgãos de Governação Descentralizada Provincial, órgãos centrais ou seus representantes que, em parte, resultou dos subsídios da análise funcional;
- (iii) A elaboração da Lei que define a fórmula de determinação do limite orçamental dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial; e
- (iv) A Capacitação dos dirigentes e técnicos dos novos órgãos em matérias inerentes ao actual pacote de descentralização.

Os passos já dados e a aprendizagem registada demonstram que estamos no caminho certo da implementação da governação descentralizada, dada a complexidade da inovação e a carência de experiências anteriores no país.

Compatriotas!

Gerir mudanças requer muita coragem e é por isso que dizemos que a Democracia tem os seus custos. Exige determinação, atitude e carácter por se tratar de um novo paradigma.

Por vezes, requer o abandono das nossas anteriores formas de trabalho e o abraçar de novos métodos que exigem mais coordenação e trabalho horizontal. No seio do povo moçambicano, reina muita expectativa em torno da vossa governação.

A discussão sobre o Regulamento Interno do Conselho Nacional de Coordenação, que estabelece as normas de organização e funcionamento do mesmo, torna-se fundamental para o sucesso do que ansiamos.

Vamos explorar o nosso tempo e experiências acumuladas para darmos o nosso máximo contributo nos debates sobre os temas pertinentes à governação local, conforme agendado.

Ao realizarmos esta Reunião sob o lema: **Por uma Governação Local Coordenada ao Serviço do Cidadão**, pretendemos salientar dois aspectos fundamentais. O primeiro, prende-se com a prestação do serviço ao cidadão, e o segundo, com o processo de coordenação desta prestação.

No que toca à prestação de serviço ao cidadão, a história da governação no nosso país mostra que esta foi sempre a preocupação das várias etapas da nossa história de governação, desde as experiências, inspiradas na luta de libertação nacional, passando pelas sucessivas reformas administrativas e constitucionais da governação no período pós-independência. As actuais reformas representam a evolução das anteriores experiências.

Como já nos referimos em ocasiões anteriores, trata-se de um processo que inclui, entre outros, a necessidade de:

- (i) reduzir os atritos e os nós de estrangulamento nos processos de tomada de decisão;
- (ii) eliminar o burocratismo e aumentar o nível de resposta das lideranças às exigências locais;
- (iii) aumentar o nível de coordenação local entre os ministérios ou sectores;

(iv) permitir uma maior representação política dos diversos grupos excluídos ou marginalizados;
e

(v) gerar uma maior apropriação dos planos de acção pelos governados e dessa forma aumentar a prestação de contas.

No que se refere ao segundo aspecto, que é a coordenação, é importante referir que a articulação e coordenação entre os diferentes órgãos, mesmo de níveis diferentes, é um aspecto crucial para o sucesso do processo de descentralização.

Estes órgãos coabitam, total ou parcialmente, no mesmo espaço e têm o mesmo grupo alvo para servir, pelo que a articulação e coordenação são inevitáveis, concorrendo assim para evitar a duplicação de esforços.

Ninguém vai melhorar a coordenação entre os vários actores a não ser as próprias pessoas envolvidas.

Neste âmbito, as boas relações de trabalho entre os Órgãos de Governação Descentralizada e os Órgãos de Representação do Estado aos vários níveis, desde os titulares até aos técnicos e instituições. As boas relações de trabalho não são uma opção, elas são imperiosas e determinantes.

Caros Membros do Conselho Nacional de Coordenação,

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Gostaria de fazer referência a um aspecto fundamental que deve ser observado por cada um de nós. A descentralização é associada à boa governação, transparência e prestação de contas e não compactua com a corrupção.

Exortamos, por isso, aos gestores e líderes aqui presentes, para intensificarem e aprofundarem o conhecimento da legislação e das regras de organização e funcionamento dos dois órgãos, bem como a desenvolverem acções concretas de modo a observar os aspectos que definem as boas práticas de governação.

Temos notado que muitas das atitudes consideradas desviantes na nossa administração pública provêm do desconhecimento das leis e procedimentos, ausência de supervisão e da fiscalização ou, por vezes, a celebração de contratos de prestação de serviços mal elaborados ou viciados.

Caros Participantes!

Devido ao seu impacto na economia nacional e na vida das pessoas, irei falar um pouco mais sobre o Combate à Corrupção.

Quando, no passado, nos dirigimos aos membros dos Conselhos Consultivos dos Ministérios, afirmámos que a corrupção era uma doença que tem carcomido a nossa sociedade: retardou o nosso desenvolvimento e denegriu a nossa reputação. Na altura, dissemos que os índices eram muito elevados, comparativamente a outros países da região.

Infelizmente, esta realidade ainda prevalece em muitos sectores da vossa responsabilidade. Em 2020, foram autuados 1.280 processos, contra 911 do período anterior, verificando-se uma subida de casos de corrupção registados, em 369 processos instaurados. Podemos admitir que estes são resultantes do trabalho intenso, comparativamente ao período anterior, visando a responsabilização dos autores, mas mesmo assim, este indicador é demasiado alto.

Os tipos legais de crime mais frequentes resumem-se em corrupção activa, seguido de corrupção passiva para acto ilícito, peculato, abuso de cargo ou função, e corrupção passiva para acto lícito, entre outros.

Quanto aos processos autuados de corrupção, a Província de Nampula registou maior número de casos, seguida da cidade de Maputo e província de Maputo. As que registaram menos processos, não sinónimo de poucos, são as Províncias de Gaza, Zambézia e Tete.

De acordo com a percepção da corrupção no sector público da Transparência Internacional referente a 2020, em que foram avaliados 180 países, Moçambique encontra-se na lista dos países considerados altamente corruptos, com 25 pontos, juntamente com os Camarões, Madagáscar, Nigéria e Zimbabwe.

Quanto à qualidade dos arguidos nos processos de crimes de corrupção tramitados, tal como nos anos anteriores, prevalecem servidores públicos com funções de direcção e chefia, a diversos níveis, funcionários com perfis para operar o e-SISTAFE e/ou administradores deste sistema, técnicos adstritos às Unidades Gestoras das Aquisições (UGEA's), sectores claramente da vossa responsabilidade, adicionados aos membros da PRM, do SERNIC e gestores de fundos. Esta situação não pode continuar a ser assistida de forma passiva.

Algumas instituições continuam a não autuar disciplinarmente, em violação da lei e outras fazem-no, mas por inobservância dos prazos legais, os processos são arquivados por caducidade, correndo o risco de produzir indemnizações a favor de corruptos.

Orienta-se para maior rigor no controlo da legalidade atinente a estas matérias, instando os órgãos competentes para instauração do procedimento disciplinar e cumprimento dos prazos legais, sob pena de responsabilização.

Continuamos a registar, à semelhança dos anos anteriores, casos de corrupção praticada no âmbito da contratação de empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado.

As regras de contratação pública continuam a ser intencionalmente ignoradas, por alguns servidores públicos ligados às UGEAs e júris de concursos públicos, com o objectivo de tirarem proveito para si e para terceiros.

Caros Governantes, repito, não podemos assistir passivamente a nossa província, o nosso país a ser catalogado como terra de corrupção, onde todos são corruptos. Tenhamos coragem de confrontar mesmo com intimidações que possamos sofrer. A corrupção deve ser o inimigo de cada um de nós. Não temos outra alternativa, se não combater vigorosamente a corrupção em todas suas formas de se manifestar nos nossos sectores.

O corrupto e o corruptor são maus, mas nós não devemos ter o receio, nem o medo de combater a corrupção.

Se cada um de nós não combater a corrupção com determinação, nós passaremos a ser os maus para com a população que governamos.

Caros Participantes!

Permitam recordar-vos que a direcção do país possui uma bússola. Esta bússola, ou seja, o nosso foco chama-se Programa Quinquenal do Governo e os respectivos Planos Económicos e Sociais.

Recomendamos a todos para que concentrem esforços no cumprimento destes instrumentos, sem se distraírem.

Devem, com rigor, aprimorar os processos de planificação; buscando formas criadoras de mobilizar recursos para o cumprimento dos planos de actividades e de investimento, em benefício das populações.

Temos de continuar a levar para perto do nosso povo, a escola, o posto de saúde, a energia, a água, a estrada, o banco, o edifício da justiça, a assistência ao pequeno agricultor, ao pescador, a promover o emprego e mais outros projectos que aliviem o sofrimento do nosso povo.

Procurem, ao mesmo tempo, simplificar as vidas das populações e satisfazer as suas necessidades, melhorando a atitude dos funcionários e agentes de Estado na prestação de serviços e atendimento ao público utente.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ilustres Convidados!

Estamos cientes de que o mundo em geral e o nosso País em particular, vivem momentos difíceis, devido à pandemia da COVID-19, que está a condicionar o funcionamento normal das instituições públicas e privadas, incluindo a prestação de serviços aos cidadãos e o desenvolvimento económico e social.

Desde o início desta pandemia ficaram notificados como contaminados 144.655 e, destes, se encontram totalmente recuperados 127.813. Infelizmente, 1.813 nossos concidadãos perderam a vida, vítimas da COVID-19.

Aproveitamos esta oportunidade para, através de vós, apelar aos nossos concidadãos em todas as províncias e na Cidade de Maputo, ao cumprimento das medidas de prevenção contra a pandemia, bem como para que se dirijam aos pontos de vacinação, aqueles que estão contemplados para vacinação nesta fase.

Na vossa qualidade de gestores de vidas humanas, nunca podem se libertar do combate simultâneo à malária, à cólera, ao HIV & SIDA e a outras doenças específicas que assolam as populações nos vossos territórios.

A preservação e a manutenção da Paz e Estabilidade, que são fundamentais para o exercício da nossa tarefa de desenvolver Moçambique, deve constituir a vossa permanente prioridade.

Permitam-me que, por vosso intermédio, enderece uma saudação especial às nossas gloriosas Forças de Defesa e Segurança, pela bravura e determinação no combate ao terrorismo na província de Cabo Delgado e que incansavelmente procuram trazer a tranquilidade e segurança pública àquela província.

Esta saudação, estende-se para os países que responderam positivamente ao nosso apelo sobre o apoio no combate contra o terrorismo, inimigo global, em particular o país irmão e amigo da República do Ruanda e os países irmãos da nossa região da SADC, que decidiram enviar os seus filhos para se juntarem à nossa luta.

Continuemos a dar o nosso apoio às populações deslocadas, ao mesmo tempo que os mobilizamos para aderirem à produção para que a sua reintegração se torne sustentável.

É importante, de forma contínua, apelar às populações para se manterem vigilantes, denunciando as situações suspeitas de acções terroristas e de extremismo violento em todas as províncias e na cidade de Maputo, pois este inimigo global não tem espaço geográfico definido.

Compatriotas!

Não podia terminar, sem antes agradecer o apoio dos parceiros de cooperação, particularmente, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a USAID e tantos outros que nos têm apoiado na implementação do nosso Programa de Governação, especialmente, de descentralização.

A nossa vontade política é Moçambique tornar-se, cada vez mais, um país democrático, de paz, que respeita os princípios de soberania e de unicidade do Estado e de Justiça Social, um país próspero e desenvolvido, país que respeita os direitos humanos.

Estamos convictos de que, depois deste Encontro, uma nova etapa se vislumbra na prestação de serviços ao cidadão ao nível da governação local. Daqui, sairemos mais informados, articulados e melhor coordenados.

O nosso apelo é para uma discussão aberta, franca, não defensiva nem ofensiva, sem complexos, nem lamentações, fruto das experiências que cada um traz, um debate natural onde o proprietário do êxito é o POVO, pois a chave das soluções está nas vossas mãos, nas vossas capacidades de reacção no entanto que dirigentes.

Senhoras e Senhores Representantes de Estado,

Senhoras e Senhores Governadores!

Vós sóis bons quadros, mas nós vos queremos excelentes. Queremos que ofereçam aos vossos governados uma cana de pesca e não o peixe para o consumo único.

A província, o território que governam ou onde nos representam deve bater no vosso coração como batem as vossas preocupações individuais. Nunca devem alimentar o ego. Sejam sempre humildes e profissionalmente determinados. Trabalhem com honestidade, inseridos numa equipa constituída por equipas. Tenham ambição de fazer sempre melhor e sejam guiados pelo sentido de missão. Estejam sempre orientados para resultados, com objectivos e metas concretas e tangíveis.

Com estas palavras, **declaro aberta a 1ª Reunião do Conselho Nacional de Coordenação.**

Muito Obrigado Pela Atenção Dispensada!